



Número: **0813716-42.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.754,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE IVANILDO DA SILVA FILHO (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
81553185	28/04/2022 21:31	Apelação	Apelação
81553188	28/04/2022 21:31	RECURSO- PERICIA CONFLITANTE...doAPRESENTAÇÃO DE CONTRA PROVA.	Outros documentos
81553738	28/04/2022 21:31	DOCS MEDICOS (2)	Outros documentos
81553739	28/04/2022 21:31	Recibo (8)	Outros documentos
81553740	28/04/2022 21:31	Laudo Extrajudicial - Jose Ivanildo da Costa Filho (1)	Outros documentos
81553741	28/04/2022 21:31	José Ivanildo da Silva 1	Outros documentos
81553742	28/04/2022 21:31	José Ivanildo da Silva 2	Outros documentos

Em anexo.





MOSSORO & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Kelly Maria Maria do Nascimento

Wamberto Albino Sales

Rua Antonio Vieira da Sá 986

Aeroporto-Mossoro-RN.

Tel.(83)9.9622-0859

balbinossegueros@gmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORO-RN.**

PROCESSO Nº 0813716-42.2020.8.20.5106.

RECORRENTE: José Ivanildo da Silva Filho.

RECORRIDA: Seguradora Líder.

Douto Julgador,

José Ivanildo da Silva Filho, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS, que move contra demandada, em tramite perante este M. Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, inconformado em parte com a r. Sentença, com fulcro nos art. 1009 e seguintes do Código de Processo Civil, vem interpor

RECURSO DE APELAÇÃO,

Requerendo se digne Vossa Excelência, determinar o regular processamento das razões em anexo, e recebendo-o em ambos os efeitos, remetendo os autos a Instância Superior, obedecidas às formalidades legais.

Deixa de anexar ao presente o preparo, visto que, o Recorrente, pleiteia na exordial, os beneplácitos da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Mossoro-RN, em 28 de abril de 2022.

Kelly Maria M. Nascimento
OAB/RN 7469



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

PROCESSO Nº 0813716-42.2020.8.20.5106.

RECORRENTE: José Ivanildo da Silva Filho.

RECORRIDA: Seguradora Líder.

-RAZÕES.

**COLEND A CÂMARA CÍVEL,
MM. JULGADORES,
ÍNCITO RELATOR.**

José Ivanildo da Silva Filho, já devidamente qualificado nos autos da ação em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, podendo ser intimado no endereço que consta no preâmbulo da inicial, vem perante Vossa Excelência, apresentar suas **Razões**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

- EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O recorrente, invocou a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para receber o seguro DPVAT, negado via administrativa onde a recorrida, ou, negam o pagamento da indenização noutras situações pagam a menor onde não restando ao jurisdicionado outro caminho se não invocar a tutela do Estado, por intermédio do Poder Judiciário, para que a norma jurídica seja evidentemente cumprida.

O fato é que a demanda foi julgada " improcedente", onde o Juiz " a quo", firmando na prova pericial que se apresentou de forma contraditória, omissa inconclusiva, pois fere ditames legais disciplinados no art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. conforme restará plenamente demonstrado nos autos.

-DOS MOTIVOS QUE ENSEJAM A REFORMA DA R. SENTENÇA:

O Direito é uma ciência dialética, se transforma e altera-se em conformidade com os fatos sociais, as demandas da sociedade, se não forem observados dados técnicos, detalhes processuais, minúcias e determinações inseridas no contexto legal, podem sucumbir pleitos legítimos, onde o julgador de primeiro grau, não tem o dom da supremacia como ser humano pode perfeitamente cometer equívocos, visto que, apenas Deus, é infalível, justo e



soberano em todas as coisas, pois como já diziam os romanos: “ **Errare humanus est**” –(Errar é próprio do homem).

Infere-se nos autos que embasado na prova pericial não restava outro caminho ao Douto Julgador, mesmo porque tratando-se de DPVAT, somente após a juntada da prova pericial o juiz terá condições meios de sentença os autos. Todavia, a demanda fora julgada improcedente senão vejamos:

“ ... **III – DISPOSITIVO:**

*Ante o exposto, na conformidade do art. 487, inciso I, do Código de Ritos, EXTINGO o processo, com resolução do mérito, julgando PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial por JOSÉ IVANILDO DA SILVA FILHO para condenar a ré SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A a **pagá-lo(a) o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) referente ao capital DPVAT, acrescido de correção monetária, com lastro no INPC-IBGE, a partir do evento danoso, e juros de mora, incidentes a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês.***

CONDENO integralmente a parte demandada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no importe de R\$ 700,00 (setecentos reais), de acordo com a apreciação equitativa inserta no art. 85, § 8º, do CPC...”.

O fato é que nos autos o ponto fundamental imprescindível para o deslinde da lide, firma-se na produção da prova pericial, conforme determina o art. 31, I e II da Lei 11.945/2009. Destarte, segundo a norma legal infra citada deve ser graduado quando da realização da prova a “**repercussão e a extensão do dano**” no seguimento ao qual encontra-se vinculado o ponto onde encontra-se sediado, fincado a debilidade.

Ora Preclaro Relator, a prova em nosso ordenamento jurídico ocupa um papel principal, determinante no processo de conhecimento, uma vez que as meras alegações, desprovidas de elementos capazes de demonstrá-las, pouca ou nenhuma utilidade trarão à parte interessada, pois serão tidas por inexistente. Todavia, a prova produzida nos autos é absolutamente contraditória com o real estado físico do Apelante e conflitante com a norma jurídica, como será amplamente reportada nos autos.

O laudo confeccionado nos autos reporta:

“

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

PUNHO DIREITO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

DO PUNHO E LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS

E mais o próprio perito reporta a dificuldade de movimentos do punho. Destarte, obviamente o membro superior encontra-se com a rotação, força, “ **Bloqueio intenso de arco de movimentos**”. Destarte, os movimentos da mão estão ligados, vinculados, conjugados com o punho do Recorrente.



Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

PUNHO C/ CICATRIZ CIRURGICA E BIOPLETO
INTENSO DO ARCO DE MOVIMENTO S/PLETO

V - Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

[] Sim. Em que prazo: _____
[X] Não.

Finaliza o perito de forma omissa, inconclusiva a pericia reportando o seguinte:

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão: PUNHO DIRETO	[] 10% residual [] 25% leve [] 50% média [X] 75% intensa
2ª Lesão: / / /	[] 10% residual [] 25% leve [] 50% média [] 75% intensa
3ª Lesão: / / /	[] 10% residual [] 25% leve [] 50% média [] 75% intensa
4ª Lesão: / / /	[] 10% residual [] 25% leve [] 50% média [] 75% intensa

Com fixar um percentual em tão alto grau e não reconhecer, dimensionar a extensão desse dano em relação a mão esquerda do Apelante? Diante de tais ocorrências o legislador pátrio determina que deve o perito graduar a repercussão da invalidez em relação ao seguimento funcional que encontra-se ligado.

-DA PROVA DO DANO E SUA REPERCUSSÃO E EXTENSÃO DA INVALIDEZ.

Nos autos o conjunto probatório é vasto, contundente quanto ao dano e suas sequelas principalmente no quesito que trata da extensão e repercussão do dano, onde o procedimento cirúrgico descreve:

Queixas: colisão moto x carro, eeg: 15, apresenta dor em pulso direito c/ edema e falta de mobilidade local
Hora: _____
Moto ciclista vítima de acidente de trânsito com fratura de punho direito.
EF: Estorrecções e cotovelo direito.
Neurovascular de m. S. D. Integros.
Dor e deformação de pulso anato.
RX: Fratura zomada de 1/3 distal do Rádio Dir.

O conjunto probatorio acostado aos autos ainda é enfático quando reporta:

DADOS DA SOLICITAÇÃO		
CPF do Médico Solicitante:	Nome do Médico Solicitante:	Status da Solicitação:
Diagnóstico Inicial - CID:	KEILERTE GURGEL	APROVADA
5525 - FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO		
Caráter:		
11 - Urgência		
Clínica:	Classificação de Risco	
ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	- Urgência, atendimento o mais rápido possível	
Procedimento Solicitado:	Clínica Complementar:	
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	Nenhuma	
	Código:	
	0408020407	



-DA DETERMINAÇÃO LEGAL.

A determinação da graduação da **"repercussão e extensão do dano"**, não é mera deliberação, insatisfação do Recorrente, **mas sim derivada de clara, nítida imposição do art. 31, I e II da Lei 11.945/2009, se não vejamos:**

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, **a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa**, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, **será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá:"**

As reduções corresponde aos seguintes percentuais:

"- 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa;

-50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão;

-25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão;

-10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."

A r. sentença, data vênica deve ser reformada visto que, o Juiz "a quo", tomou como base, parâmetro a prova pericial elaborada onde o perito apenas graduou a debilidade em **75% (setenta e cinco por cento), no punho direito, não fazendo qualquer menção a extensão do dano em relação a mão do mesmo lado.**

Ressalte-se que não se consegue estabelecer de forma lógica, racional, visto que, não se trata de uma debilidade com redução funcional entre o



local onde encontra-se localizado a invalidez(punho) e a extensão e repercussão do dano em relação a **mão direita**.

-DA CONTRA PROVA APORTADA AOS AUTOS.

O fato Douro Relator é que diante da prova pericial foi omissa, falha ao omitir não retratar as sequelas que impossibilitam os movimentos, força, angulação, rotação dentre outros.

O Recorrente acostou aos autos provas que retratam seu estado físico atual e real, que demonstram a gravidade, percentual as sequelas advindas em razão do acidente-(dano).

A defesa do Apelante, vem acompanhando a realização das provas produzidas em demandas similares, alguns peritos não vem dimensionando a extensão em conformidade com a norma jurídica, apenas concentrando a invalidez num determinado seguimento preterindo a repercussão do dano em relação ao membro principal. Desta forma, a garantia constitucional relativa ao devido processo legal e aos princípios do contraditório e da ampla defesa, como bem define Cândido Rangel Dinamarco, em sua obra - (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. III, p. 48, afirma:

"Na Constituição o direito à prova é inerência do conjunto de garantias do justo processo, que ela oferece ao enunciar os princípios do contraditório e ampla defesa, culminando por assegurar a própria observância destes quando garante a todos o due process of law (art. 5º, inc. LIV e LV)."

Nos autos mesmo sem ter condições financeira privilegiada, visto que, é pobre nos termos da lei, mas diante do resultado da prova pericial e consequente r. sentença para instrumentalizar a presente apelação se faz necessário instruí-la com a devida prova sendo que, o especialista ao periciar o Recorrente assim definiu o seu quadro:

"

DATA DO ACIDENTE: 31/12/19

DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO: 31/12/19

NOME COMPLETO DA VÍTIMA: Moi Ronaldo do Silva Filho

profissão: Ouro Preto e CPF: 023.378.107

Estado civil: solteiro

portador (a) do RG nº: 25.086.054-85

Endereço: Rua Amador Francisco de Freitas, nº 753, Bairro: Rangel, Cidade: Rio Grande do Norte.

Há lesão cuja origem seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? (X) SIM () NÃO () PREJUDICADO

1. Alta Médica? (X) SIM () NÃO

2. Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s): Fratura de ombro direito

Na descrição o expert relatou:



3. As alterações (disfunções) presentes no físico da Vitima, que seja evolutivas e temporariamente comparativa com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:

Tratamento cirúrgico

4. Segundo o exame médico, pode-se afirmar que o quadro clínico curso com:

() Disfunções Temporárias

(X) Dano anatómico e/ou funcional definitivo(sequelas)

Quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que seja(m) mais suscetível(ies) a tratamento como sendo gerada(s) de dano(s) anatómico(s) e ou funcional(is) definitivo(s) especificando, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s).

50% - Membro

Observa-se ainda Preclaro Julgador, a gama de provas, atestados médicos, dentre outras provas acostados a presente não deixando duvidas, questionamentos da gravidade da debilidade que é portador o Recorrente, no seguinte percentual:

5. EXTENSÃO DO DANO EM RELAÇÃO AO MEMBRO AFETADO; Nos termos do art. 31, I e II da lei 11.945/2009, qual a repercussão e extensão do dano sofrido pelo periciado em relação ao seguimento ao qual encontra-se sediado a invalidez? Descrição técnico-científica da lesão apresentada pelo periciado:

Perícia relata paralisia e paratonia do membro com rigidez articular completa: perda de prono supinação, perda de rotações laterais e mediais. perda de flexão e extensão.

Segmento Anatómico	Percentual
Membro: <u>membro superior</u>	() 10% Residual () 25% Leve (X) 50% Médio () 75% Intenso
Membro: _____	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso
Membro: _____	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso
Membro: _____	() 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso

Local: Monow - RN

Data: 26/11/22

Victor Crispim
Médico Ortopedista
CRM 11746
Assinatura e Carimbo

O Art. 437, do Código de Processo Civil, determina:

“ O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização da nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida .

Não obstante a legislação conceda ao juiz ampla liberdade na direção do processo, essa prerrogativa não pode se afastar dos seus limites, cerceando produção de provas, visto que, os fatos por ela alegados, são pertinentes e necessários ao deslinde da demanda realizado dentro do contencioso. Destarte, a prova pericial realizada data vênua, é contraditória, conflitante, resta claro a deficiência da perícia, retratada por um laudo lacônico, onde gradua uma invalidez apenas num seguimento não faz qualquer menção a extensão do dano, ao contrario desvinculou qualquer prejuízo dano ao Recorrente.

-DO RESULTADO DA PROVA PERICIAL.



O artigo 130 do CPC permite ao julgador, em qualquer fase do processo, ainda que em sede de julgamento da apelação no âmbito do Tribunal local, determinar a realização das provas necessárias à formação do seu convencimento, mesmo existente anterior perícia produzida nos autos.

Pelas considerações formuladas o STJ comunga do entendimento de ser possível aos tribunais determinarem a realização de provas até mesmo diante de casos envolvendo direitos disponíveis, conforme se depreende dos julgados colacionados, a exemplo do transcrito abaixo:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES A EMBASAR A DECISÃO. INICIATIVA PROBATÓRIA DO MAGISTRADO. POSSIBILIDADE. ART. 130 DO CPC. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.(...)

2. Na hipótese de perplexidade ante as provas constituídas no curso da demanda, é facultado ao magistrado determinar, de ofício, a produção de prova pericial, com vistas à formação de seu livre convencimento motivado. Inteligência do art. 130 do CPC." (*Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Ag N. 655.888/MG. Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA. Julgamento: 02/06/2005. Órgão Julgador: Quinta Turma. Publicação: Diário da Justiça de 22/08/2005, p. 339.*)

É fato que algumas provas dentre as quais a perícia que "auxiliou" o Juiz "a quo" a prolatar a r. sentença, onde data vênica de forma indubitável deve ser reformada, visto que, comprovadamente a "contra prova" apresenta um percentual consubstanciado na vasta prova medica acostada aos autos.

Ainda em referência a possibilidade de a instância recursal determinar a realização de provas em causas envolvendo direitos indisponíveis, destaca-se posicionamento favorável de Nelson Nery Júnior:

"Essa atividade probatória do juiz nas ações que versam sobre direitos indisponíveis é admissível também no segundo grau de jurisdição –tanto nas causas de competência originária ou em grau de recurso –, podendo o tribunal, ex officio ou a requerimento do MP ou de qualquer das partes, determinar a realização da prova diretamente ou converter o julgamento em diligência para a realização da prova." (NERY JÚNIOR, 2008, p. 390).

No processo os litigantes têm direito de deduzir suas pretensões e defesas, apresentar e realizar as provas que requereram para demonstrar a existência de seu direito, em suma, direito de serem ouvidos terem as mesmas oportunidades paritariamente no processo em todos os seus termos.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:

SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Dispondo sobre a estruturação do laudo pericial, o artigo 473 do Código de Processo Civil exige que o perito judicial apresente:



a) a exposição do objeto da perícia – trata-se de uma explanação clara do perito sobre os elementos que integram o objeto da perícia, inclusive destacando as principais questões a serem esclarecidas pelo trabalho pericial.

b) a análise técnica ou científica realizada – o perito deve relatar detalhadamente e através de linguagem simples como desenvolveu o trabalho técnico ou científico, de modo a permitir que o juiz, as partes e o Ministério Público compreendam todos os fundamentos que o levaram a uma determinada conclusão.

c) a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou – além de relatar a “análise técnica ou científica realizada”, deve o perito indicar e esclarecer qual método utilizou para alcançar suas conclusões, comprovando que tal metodologia é a predominantemente aceita pelos especialistas dessa área do saber.

O laudo pericial apresenta-se absolutamente conflitante, contraditório, visto que, torna-se inadmissível admitir, acolher uma prova onde o perito de forma absolutamente insustentável dissocia afasta uma invalidez que ataca, atinge diretamente o membro em comento, sendo que, por questões não demonstradas o perito não mensurou a extensão e repercussão do dano como determina a norma jurídica.

Patente, portanto, a imprestabilidade do referido exame para se apurar, com exatidão, com certeza, como ordena a Lei, o percentual da incapacidade do membro e o valor correspondente para efeito de pagamento da indenização perseguida.

Neste sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. LAUDO PERICIAL CONTRADITÓRIO. LESÃO TRATADA COMO TEMPORÁRIA. NECESSIDADE DE TRATAMENTO CIRÚRGICO. PERMANENTE. DESCONSIDERAÇÃO DO LAUDO OFICIAL PELO JUÍZO A QUO. RETORNO AO JUÍZO DE ORIGEM. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. 1. Antes de conhecer do presente recurso, há uma questão prejudicial a ser analisada. 2. O art. 3º da Lei nº 6.194/74, (alterado pela Lei nº 11.482/07), é taxativo quando dispõe que os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada. Ocorre que o laudo pericial, realizado para fins de instrução do processo (fls. 51/53), constatou que o dano sofrido, pelo periciado, em decorrência do acidente, não teve natureza permanente, mas sim temporária, que não é indenizável. 3. No entanto, no caso em apreço, em simples análise do laudo pericial acostado às fls. 51/53, **constata-se que há respostas contraditórias e inconclusivas no parecer técnico produzida nos autos, sobretudo porque ora o expert afirma que o periciado possui uma lesão apenas temporária e ora que esse necessitaria de um tratamento cirúrgico, o que não deixa claro se a lesão é, realmente, temporária ou permanente.** 4. Assim, como a prova pericial produzida não permite um juízo seguro de convicção acerca da existência de lesão permanente, tampouco o grau suportado, a complementação da perícia é medida que se impõe. 5. O apelante alega que o juízo a quo desconsiderou o laudo oficial ao usar como fundamento informações contidas na perícia realizada pela seguradora, como a lesão temporária alegada ter sido quantificada com 75% no joelho direito, o que não ocorreu na perícia



oficial, já que é dispensada a quantificação da lesão temporária, restando claro que a desconsideração do laudo oficial acostado aos autos do processo por parte do magistrado. 6. Sentença anulada de ofício. Recurso prejudicado. Apelação Cível nº 0015901-19.2017.8.06.0115. (Relator (a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE; Comarca: Limoeiro do Norte; Órgão julgador: 2ª Vara; Data do julgamento: 29/07/2020; Data de registro: 30/07/2020)."

E mais:

Segundo atual entendimento do STJ e da jurisprudência majoritária do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, determina o seguinte:

" Apelação Cível n. 2013.074493-7, de São Miguel do Oeste Relator: Des. Subst. Rubens Schulz

Ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O FEITO. IRRESIGNAÇÃO DA REQUERIDA ALEGANDO NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA PARA ATESTAR O GRAU DE INVALIDEZ. TESE ACOLHIDA INDEPENDENTEMENTE DA DATA DO ACIDENTE. RECURSO PROVIDO. **"EXISTÊNCIA DE ENTENDIMENTO PACÍFICO NO STJ NO SENTIDO DE APLICAR A GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM A EXTENSÃO DA INVALIDEZ**, MESMO NOS CASOS OCORRIDOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI QUE INSERIU A TABELA COM OS PERCENTUAIS DE INDENIZAÇÃO. MATÉRIA OBJETO DA SÚMULA N. 474. LAUDO PERICIAL QUE, IN CASU, NÃO ESPECIFICOU A EXTENSÃO DOS DANOS PERMANENTES QUE ATINGIRAM O JOELHO ESQUERDO DA DEMANDANTE. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE PERMITAM AVERIGUAR O GRAU DA DEBILIDADE. NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA PARA COMPLEMENTAR O ENREDO PROBATÓRIO E VIABILIZAR A CORRETA APRECIACÃO DA LIDE. EXEGESE DOS ARTS. 3º, § 1º, II C/C ART. 5º, § 5º DA LEI N. 6.194/74. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO DA SEGURADORA PROVIDO." (Apelação Cível n. 2012.076754-7, rela. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, julgado em 05/03/2013)."

-DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

O Novo Código de Processo Civil completa cinco anos de vigência e já conta com um grande arsenal decisório, a propósito dos mais variados temas que sofreram mudança após sua edição. Tratado no **Art. 85 § 8º do CPC - A Equidade, encontra-se prevista em nosso** ordenamento anterior, agora inserido num espectro maior.

O Art. 85, do Código de Processo Civil, determina:

" A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 8º Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º."

Não é possível exigir do legislador que a tarifação dos honorários advocatícios por ele criada no art. 85, §§2º e 3º, do CPC/2015 atenda com razoabilidade todas as situações possíveis, sendo certo que a sua aplicação em alguns feitos pode gerar distorções. Destarte, nos casos em que o acolhimento da pretensão não tenha correlação com o valor da causa ou não permita estimar eventual proveito



econômico, os honorários de sucumbência devem ser arbitrados, por apreciação equitativa, com observância dos critérios do § 2º do art. 85 do CPC/2015, conforme disposto no § 8º desse mesmo dispositivo.

-DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto, com base nas razões expendidas, seja dado provimento a apelação para o fim de reformar a sentença recorrida, no sentido que seja condenada a Apelada a indenizar o Apelante, ao pagamento de 50% (cinquenta por cento), referente a repercussão e extensão do dano no **membro superior direito**, sendo ainda a Recorrida nos termos do art. 85, § 8º do CPC condenada ao pagamento dos honorários sucumbenciais em R\$ 1.000,00 (mil reais) sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mossoro-RN, em 28 de abril de 2022.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento
OAB/RN 7469.





18/04/2022

Número: **0813716-42.2020.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.754,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE IVANILDO DA SILVA FILHO (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59668489	10/09/2020 13:33	DOCS MEDICOS	Documento de Comprovação



Código Solicitação: 321055179

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

Unidade Solicitante:	CNES:
HOSPITAL REGIONAL DR TARCISIO DE VASCONCELOS MAIA	2503689
Unidade Executante:	CNES:
HOSPITAL WILSON ROSADO	2371707
Logradouro, Endereço, Nº, Complemento, Bairro	Município Executante
RUA PEDRO VELHO - 250 - HOSP WILSON ROSADO - SANTO ANTONIO	MOSSORO
Central Reguladora	MOSSORO
Data de Solicitação	03.01.2020 - 16:55:57
Data de Autorização	17/03/2020 - 22:29:59
Data de Reserva	20.03.2020
Data Prevista de Alta	21.03.2020
Operador	58879471449LEONETE
Operador	28335218803LUIZ

DADOS DO PACIENTE

CNS:	
700001220795806	
Nome do Paciente	Nome Social/Apelido:
JOSE IVANILDO DA SILVA FILHO	---
Nome da Mãe	Naturalidade:
ANTONIA AMANDA DA SILVA	MOSSORO - RN
Sexo:	Raça:
MASCULINO	BRANCA
Data de Nascimento:	Tipo Sanguíneo:
15/04/1997 (22 anos)	---
Tipo Logradouro:	Logradouro:
RUA	JOAO DAMAZIO
Número:	Bairro:
150	LAGOA DO MATO
País de Residência:	Município de Residência:
BRASIL	MOSSORO
Telefone(s):	UF:
(84) 99970-8823 (Exibir Lista Detalhada)	RN

DADOS DA SOLICITAÇÃO

CPF do Médico Solicitante:	Nome do Médico Solicitante:	Status da Solicitação:
	KEILERTE GURGEL	APROVADA
Diagnóstico Inicial - CID:	Classificação de Risco	
S525 - FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO	- Urgência, atendimento o mais rápido possível	
Caráter	Clínica Complementar:	
11 - Urgência	Nenhuma	
Clínica:	Código:	
ESPEC - CIRURGICO - ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA	0408020407	
Procedimento Solicitado:		
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO		

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos:
FRATURA DE RADIO DISTAL/td>
Principais Resultados de Provas Diagnósticas:
RAIO X + EXAME FISICO
Condições que Justificam a Internação:
PACIENTE NECESSITA DE TT CIRURGICO

PARECER

Motivo de Impedimento do Regulador:	

Assinatura e Carimbo do Médico: (examinador)	CRM:
	Data de Solicitação:
	03.01.2020 - 16:55:57

Data da Extração dos Dados: 19/03/2020 16:49:27

regiii.saude.gov.br/cqi-bin/index#

Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 10/09/2020 13:31:08
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091013310831200000057253241>
Número do documento: 20091013310831200000057253241

Num. 59668489 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 28/04/2022 21:31:22
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042821312260900000077537199>
Número do documento: 22042821312260900000077537199

Num. 81553738 - Pág. 2

20/03/20 Uma

SUS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE MINISTÉRIO DE SAÚDE

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

11 - TELEFONE DE CONTATO

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

14 - COD. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

16 - CEP

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICO

Rima D 48 out

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

21 - CID 10 PRINCIPAL

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

27 - CARTEIRA DE INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - () ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO

35 - () ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - Nº INSS

39 - CNPJ DA EMPRESA

40 - CNAE DA EMPRESA

41 - CBOE

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

45 - DOCUMENTO

46 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 10/09/2020 13:31:08
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20091013310831200000057253241>
 Número do documento: 20091013310831200000057253241

Num. 59668489 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 28/04/2022 21:31:22
<https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22042821312260900000077537199>
 Número do documento: 22042821312260900000077537199

Num. 81553738 - Pág. 3

RECIBO DE PAGAMENTO

JOSE IVANILDO DA SILVA FILHO, brasileiro (a), solteiro,
autônomo, podendo ser intimado(a). na Rua
Antônio Francisco de Brito nº 753, Bairro-
Ribeirão -RN, neste ato a clínica do Dr.
VICTOR CRISPIN, CRM Nº _____ recebe a importância de R\$
150,00 (cento e cinquenta) reais da banca de advocacia Mossoro
Seguros, que patrocina a defesa do pagador.(a), cujo pagamento
refere a consulta medica do paciente retro citado. Nada mais a constar
lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Mossoro-RN, em 25 / 09 /2022.



Victor Crispin - Médico Ortopedista
RQE 11.146

Recebedor:

Ciente: JOSE IVANILDO DA S. FILHO



**RELATORIO MEDICO PARA AVALIAÇÃO PARA DPVAT DE INVALIDEZ PERMANENTE
(TOTAL OU PARCIAL)**

DATA DO ACIDENTE: 31 / 12 / 19

DATA DO INICIO DO TRATAMENTO: 31 / 12 / 19

NOME COMPLETO DA VITIMA: Ygor Womilley do Silva Filho

profissão: Autônomo

Estado civil: solteiro

portador (a) do

RG nº

003.372107

e CPF

nº

753

Bairro:

Rio de Janeiro

endereço

Cidade

Há lesão cuja origem seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre? (X) SIM () NÃO () PREJUDICADO

1. Alta Médica? (X) SIM () NÃO

2. Qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Fratura de antebraço direito

3. As alterações (disfunções) presentes no físico da Vitima, que seja evolutivas e temporariamente comparativa com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:

Tratamento de antebraço direito com
Tratamento Cirúrgico

4. Segundo o exame médico, pode-se afirmar que o quadro clínico curso com:

() Disfunções Temporárias

(X) Dano anatômico e/ou funcional definitivo(sequelas)

Quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que seja(m) mais suscetível(ies) a tratamento como sendo gerada(s) de dano(s) anatômico(s) e ou funcional(is) definitivo(s) especificando, o(s) segmento(s) corporal(is)

50% - Médio

acometido(s).

Existe ainda tratamentos, procedimentos cirúrgicos a serem realizados no periciado?

() SIM (X) NÃO

5. EXTENSÃO DO DANO EM RELAÇÃO AO MEMBRO AFETADO; Nos termos do art. 31, I e II da lei 11.945/2009, qual a repercussão e extensão do dano sofrido pelo periciado em relação ao seguimento ao qual encontra-se sediado a invalidez? Descrição técnico-científica da lesão apresentada pelo periciado:

Periciao relata paralisia e paratonia do membro com rigidez articular completa: perda de prono supinação, perda de rotações laterais e mediais. perda de flexão e extensão.

Segmento Anatômico

Percentual

Membro: membro superior () 10% Residual () 25% Leve (X) 50% Médio () 75% Intenso
Membro: () 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso
Membro: () 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso
Membro: () 10% Residual () 25% Leve () 50% Médio () 75% Intenso

Local: Monoró - RN

Data: 26/12/20
Victor Crispim
Médico Ortopedista
RQE 11746

Assinatura e Carimbo





